

No. 41675

**Brazil
and
Timor-Leste**

Agreement on educational cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Democratic Republic of Timor-Leste. Dili, 20 May 2002

Entry into force: 11 May 4004 by notification, in accordance with article XIV

Authentic text: Portuguese

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 22 July 2005

**Brésil
et
Timor-Leste**

Accord de coopération éducative entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République démocratique de Timor-Leste. Dili, 20 mai 2002

Entrée en vigueur : 11 mai 4004 par notification, conformément à l'article XIV

Texte authentique : portugais

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 22 juillet 2005

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de Timor-Leste
(doravante denominados “Partes Contratantes”)

Considerando a importância da cooperação entre ambos os países no campo educacional,

Reconhecendo que a educação é pilar fundamental para alcançar a consolidação da democracia e o desenvolvimento social e econômico dos países;

Conscientes de que a educação deve dar respostas aos desafios surgidos pelas transformações decorrentes do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional entre ambos os países, tornando cada vez mais firmes os laços que unem o Brasil e Timor-Leste,

Acordam:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a desenvolver a cooperação entre os dois países no âmbito da educação, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade e eficácia da educação em seus países.

ARTIGO II

As atividades previstas neste Acordo serão implementadas de acordo com a Constituição, leis e regulamentos aplicáveis das Partes e estarão sujeitas à disponibilidade de fundos apropriados nos respectivos países. Nesse contexto, as Partes envidarão os esforços necessários para promover as condições favoráveis para levar adiante a cooperação e o intercâmbio.

ARTIGO III

O presente Acordo tem por objetivos:

- a) o fortalecimento da cooperação educacional em todos os níveis e modalidades de ensino;
- b) a formação e o aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores, administradores educacionais, técnicos e outros especialistas em todos os níveis e modalidades de ensino;
- c) o intercâmbio de informações e experiências educacionais bem sucedidas em ambos os países; e
- d) o incremento da cooperação interuniversitária e da produção científica;

ARTIGO IV

As Partes Contratantes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo III, por meio de:

- a) intercâmbio de docentes em todos os níveis e modalidades de ensino, para aperfeiçoamento profissional;
- b) intercâmbio de docentes e de pesquisadores para realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior;
- c) intercâmbio de administradores educacionais, técnicos e outros especialistas com a finalidade de melhorar o conhecimento

recíproco dos respectivos sistemas de ensino, bem como dos programas e métodos didáticos;

- d) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de docentes e de pesquisadores, de curta ou longa duração, para o desenvolvimento de atividades acordadas entre instituições de ensino superior;
- e) troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente;
- f) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas de interesse de ambos os países;
- g) intercâmbio de alunos e professores do ensino médio, profissional e superior no âmbito de programas específicos;
- h) intercâmbio e/ou elaboração conjunta de materiais educativos;
- i) intercâmbio de informações e de especialistas na área de avaliação educacional, com vistas a desenvolver sistemas de estatísticas e indicadores educacionais, que permitam avaliar e melhorar a qualidade da educação em ambos os países; e
- j) apoio técnico e assessoria em projetos de formação e capacitação de professores e outros profissionais da área educacional.

ARTIGO V

Cada Parte Contratante incentivará a criação e o funcionamento no território da outra Parte de instituições que promovam a difusão da língua portuguesa e de suas respectivas culturas.

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante, por intermédio de suas instâncias governamentais competentes, reconhecerão os estudos de nível fundamental e

médio de nacionais da outra Parte, ou seus equivalentes, na área da educação formal, para fins de continuidade de estudos.

Parágrafo Único. Os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio deverão ser traduzidos, quando o caso assim exigir, e legalizados pela autoridade consular competente. Será aceito o “Histórico Escolar”, no caso brasileiro, e o “Certificado de Estudos” no caso timorense.

ARTIGO VII

O ingresso de alunos de uma Parte Contratante em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos mesmos processos seletivos aplicados pelas instituições de ensino superior aos estudantes nacionais.

Parágrafo Primeiro. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas de seleção e de conduta estabelecidas por esses instrumentos.

Parágrafo Segundo. Os estudantes que desejarem ingressar por meio de transferência voluntária, deverão atender às mesmas normas de seleção e conduta aplicadas aos estudantes nacionais.

ARTIGO VIII

A revalidação e/ou o reconhecimento de diplomas e títulos acadêmicos outorgados pelas instituições de ensino superior de cada uma das Partes Contratantes estará sujeita à legislação do país em que for solicitada/o.

Parágrafo único. Para fins exclusivos de ingresso em cursos de pós-graduação, serão aceitos, sem necessidade de revalidação, os diplomas de nível superior expedidos por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, desde que devidamente registrados pelas repartições educacionais do país que expediu e legalizados pela autoridade consular competente.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes estimularão o intercâmbio entre suas instituições científicas, centros de pesquisa, bibliotecas, arquivos públicos e outras instituições relevantes para a cooperação educacional em todos os níveis e modalidades de ensino.

ARTIGO X

Cada Parte Contratante facilitará aos professores de suas instituições de ensino fundamental, médio e superior, bem como de instituições de pesquisa, a participação em cursos, estágios, seminários e conferências em instituições similares da outra Parte Contratante.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes procurarão, na medida de suas disponibilidades, estabelecer programas de bolsas de estudos e/ou facilidades a estudantes e pesquisadores para aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

ARTIGO XII

As Partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

ARTIGO XIII

As Partes estabelecerão uma Comissão Mista com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas neste Acordo, assim como de elaborar e avaliar programas de trabalho específicos.

Parágrafo único: A Comissão Mista reunir-se-á, alternadamente, em ambos os países, a pedido de uma das Partes, por via diplomática.

ARTIGO XIV

O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda Nota por meio da qual as Partes Contratantes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para a sua vigência.

ARTIGO XV

O presente Acordo terá duração indeterminada e poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das Partes Contratantes. A denúncia entrará em vigor após decorridos 6 meses do recebimento da Nota que comunicar a intenção de denunciá-lo.

ARTIGO XVI

A denúncia do presente Acordo não afetará os programas em execução, a menos que as Partes Contratantes disponham de outro modo.

ARTIGO XVII

O presente Acordo poderá ser modificado mediante entendimento entre as Partes Contratantes. As modificações entrarão em vigor na data do recebimento da Segunda Nota em que as Partes Contratantes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para a sua vigência.

Feito em Dili, em 20 de maio de 2002, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Lafer
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
José Ramos Horta
Ministro dos Negócios
Estrangeiros e Cooperação

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON EDUCATIONAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Democratic Republic of Timor-Leste (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering the importance of cooperation between the two countries in the area of education,

Recognizing that education is a fundamental pillar in the consolidation of democracy and social and economic development of the countries;

Mindful that education needs to meet the challenges posed by changes associated with rapid global scientific and technological development; and

With the aim of increasing educational cooperation between Brazil and Timor-Leste and strengthening the bonds that exist between the two countries,

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties shall develop cooperation between the two countries in the area of education, to help improve the quality and effectiveness of education in their countries.

Article II

The activities envisaged under this Agreement shall be implemented in accordance with the Constitution, laws and regulations applicable in the Parties, and shall be subject to the availability of suitable funds in the respective countries. In this context, the Parties shall take steps to create favourable conditions for cooperation and exchange.

Article III

The aims of this Agreement shall be:

- (a) to strengthen educational cooperation at all levels and in all modalities of teaching;
- (b) to provide initial and further training for teachers, researchers, educational administrators, technicians and other specialists at all levels and in all modalities of teaching;
- (c) to exchange information and successful educational experiences in both countries; and
- (d) to increase inter-university cooperation and scientific production;

Article IV

The Contracting Parties shall pursue the goals set out in article III, through:

- (a) exchange of teachers at all levels and in all modalities of teaching, for professional development purposes;
- (b) exchange of teachers and researchers to attend postgraduate courses at higher education institutions;
- (c) exchange of educational administrators, technicians and other specialists, for the purpose of improving reciprocal knowledge of their respective education systems, and didactic programs and methods;
- (d) exchange of education and research missions, teachers and researchers, for short or long periods, for the development of activities agreed upon between higher education institutions;
- (e) exchange of documentation and publication of the results of joint research;
- (f) preparation and joint execution of projects and research in areas of interest to the two countries;
- (g) exchange of students and professors/teachers of secondary, professional and higher education under specific programmes;
- (h) exchange and/or joint preparation of educational materials;
- (i) exchange of information and specialists in the area of educational evaluation, with a view to developing systems of statistics and educational indicators making it possible to evaluate and improve the quality of education in the two countries; and
- (j) technical support and advice on initial and further training projects for teachers and other professionals in the area of education.

Article V

Each Contracting Party shall encourage the creation and/or operation of institutions to promote the dissemination of the Portuguese language and their respective cultures in the territory of the other Party.

Article VI

Each Contracting Party, through their respective competent government agencies, shall recognize the basic and secondary studies of nationals of the other Party, or their equivalent, in the area of formal education, to allow for continuity of studies.

Single paragraph. School leaving certificates for basic and secondary studies shall be translated, as necessary, and authenticated by the competent consular agency. The "Histórico Escolar" shall be accepted in the case of Brazil, and the "Certificado de Estudos" shall be accepted in the case of Timor-Leste.

Article VII

The admission of students from one Contracting Party to graduate or postgraduate courses of the other Party shall be governed by the same selection processes as are applied by the higher educational institutions to national students.

First paragraph. Students covered by specific agreements or programmes shall be subject to the same selection processes and rules of conduct established by those instruments.

Second paragraph. Students wishing to enter by means of voluntary transfer shall be subject to the same norms of selection and conduct as are applied to national students.

Article VIII

The revalidation and/or recognition of academic diplomas and degrees awarded by higher education institutions in each of the Contracting Parties shall be subject to the legislation of the country in which they are requested.

Single paragraph. For the sole purpose of acceptance on postgraduate courses, higher-level diplomas awarded by higher education institutions officially registered and recognized by the educational departments of the country awarding them, shall be accepted without need for revalidation, provided they are authenticated by the competent consular authority.

Article IX

The Contracting Parties shall encourage exchange between their scientific institutions, research centres, libraries, public archives and other institutions relevant to educational co-operation at all levels and in all modalities of teaching.

Article X

Each Contracting Party shall provide facilities for teachers at its basic, secondary and higher education institutions, and in its research institutions, to participate in courses, internships, seminars and conferences at similar institutions of the other Contracting Party.

Article XI

The Contracting Parties shall endeavour, within their possibilities, to establish scholarship programmes and/or facilities for students and researchers for the purpose of further academic and professional training.

Article XII

The Parties shall define, through appropriate instruments, modalities for financing the activities envisaged in this Agreement.

Article XIII

The Parties shall establish a Mixed Commission to monitor the development of the activities envisaged in this Agreement, and to prepare and evaluate specific work programmes.

Single paragraph. The Mixed Commission shall meet alternately in the two countries, when requested by one of the Parties through the diplomatic channel.

Article XIV

This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the second note through which the Contracting Parties notify compliance with the respective domestic legal requirements for its validity.

Article XV

This Agreement shall remain in force indefinitely and may be terminated at any time by either the Contracting Parties. Termination shall take effect six months after the date of notification.

Article XVI

Termination of this Agreement shall not affect ongoing programmes, unless the Contracting Parties decide otherwise.

Article XVII

This Agreement may be amended by means of an understanding between the Contracting Parties. Amendments shall take effect on the date of receipt of the second note in which the Contracting Parties notify fulfilment of the respective domestic legal requirements for their validity.

Done at Dili on 20 May 2002 in two originals in the Portuguese language, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO LAFER
Minister of State for Foreign Relations

For the Government of the Democratic Republic of Timor-Leste:

JOSÉ RAMOS HORTA
Minister of Foreign Affairs and Cooperation

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ÉDUCATIVE ENTRE LE GOUVERNEMENT
DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOU-
VERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DE TIMOR-
LESTE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République démocratique de Timor-Leste (dénommés ci-après les "Parties contractantes"),

Considérant l'importance revêtue par la coopération entre les deux pays dans le domaine de l'éducation,

Reconnaissant que l'éducation est un pilier fondamental dans la consolidation du développement démocratique et socio-économique des pays,

Conscients du fait que l'enseignement se doit de relever les défis posés par les changements associés au développement scientifique et technique en évolution rapide à l'échelle mondiale, et

Dans le but d'accroître la coopération éducative entre le Brésil et le Timor-Leste et de renforcer les liens existant entre les deux pays,

Conviennent comme suit:

Article premier

Les Parties contractantes entendent développer la coopération entre les deux pays dans le domaine de l'éducation afin de contribuer à améliorer la qualité et les performances de l'enseignement dans leur pays.

Article II

Les activités envisagées dans le cadre du présent Accord seront réalisées en conformité avec la Constitution, la législation et les réglementations applicables sur le territoire des Parties et sont subordonnées à la disponibilité des fonds voulus dans les pays respectifs. Dans ce contexte, les Parties prendront les mesures qui s'imposent pour créer les conditions favorables à la coopération et aux échanges.

Article III

Les objectifs poursuivis par le présent Accord sont les suivants:

(a) Renforcement de la coopération éducative à tous les niveaux et dans toutes les formes d'enseignement,

(b) Fourniture d'une formation initiale et continue aux enseignants, chercheurs, administrateurs de l'enseignement, techniciens et autres spécialistes à tous les niveaux et dans toutes les formes d'enseignement,

- (c) Échange d'informations et d'expériences pédagogiques fructueuses dans les deux pays, et
- (d) Accroissement de la coopération interuniversitaire et de la production scientifique.

Article IV

Les Parties contractantes atteindront les objectifs définis à l'article 3 par les moyens suivants:

- (a) Échange d'enseignants à tous les niveaux et dans toutes les formes d'enseignement à des fins de développement professionnel,
- (b) Échange d'enseignants et de chercheurs pour assister à des cours de troisième cycle dans des établissements d'enseignement supérieur,
- (c) Échange d'administrateurs de l'enseignement et d'autres spécialistes aux fins d'améliorer la connaissance réciproque de leurs systèmes respectifs d'enseignement et des programmes et des méthodes didactiques,
- (d) Échange de missions éducatives et de recherche, d'enseignants et de chercheurs sur des périodes courtes ou longues pour mettre au point des activités décidées par différents établissements d'enseignement supérieur,
- (e) Échange de documentation et publication des résultats des recherches faites en commun,
- (f) Préparation et réalisation en commun de projets et travaux de recherche effectués dans des domaines présentant de l'intérêt pour les deux pays,
- (g) Échange d'étudiants et de professeurs/enseignants de l'enseignement secondaire, professionnel et supérieur dans le cadre de programmes spécifiques,
- (h) Échange et/ou préparation en commun de supports didactiques,
- (i) Échange d'informations et de spécialistes dans le domaine de l'évaluation pédagogique en vue de développer des systèmes statistiques et des indicateurs pédagogiques permettant d'évaluer et d'améliorer la qualité de l'enseignement dans les deux pays, et
- (j) Appui et conseils techniques sur les projets de formation initiale et continue pour les enseignants et les autres professionnels travaillant dans le domaine de l'enseignement.

Article V

Chaque Partie contractante encouragera la création et/ou l'exploitation d'établissements destinés à promouvoir la dissémination de la langue portugaise et de sa propre culture sur le territoire de l'autre Partie.

Article VI

Chaque Partie contractante, par l'intermédiaire de ses organismes gouvernementaux compétents respectifs, reconnaîtra les études fondamentales et secondaires suivies par les nationaux de l'autre Partie, ou leur équivalent, dans le domaine de l'enseignement officiel pour assurer une continuité des études.

Paragraphe simple. Les certificats de fin d'études délivrés par l'enseignement fondamental et secondaire seront si nécessaire traduits et authentifiés par le consulat. Le certificat intitulé " Historico Escolar " sera accepté dans le cas du Brésil et le " Certificado de Estudos " le sera dans le cas du Timor-Leste.

Article VII

L'admission d'étudiants de l'une des Parties contractantes à des cours de deuxième cycle ou de troisième cycle dispensés par l'autre Partie sera régie par les mêmes procédures de sélection que celles appliquées par les établissements d'enseignement supérieur à leurs étudiants nationaux.

Premier paragraphe. Les étudiants couverts par des accords ou des programmes spécifiques seront soumis aux mêmes procédures et aux mêmes règles de conduite établies par ces accords ou programmes.

Second paragraphe. Les étudiants souhaitant entrer au moyen d'un transfert volontaire seront soumis aux mêmes normes de sélection et de conduite que celles appliquées aux étudiants nationaux.

Article VIII

La revalidation et/ou la reconnaissance des diplômes et des grades académiques décernés par les établissements d'enseignement supérieur dans le pays de chaque Partie contractante seront soumises à la législation du pays dans lequel elles ont été demandées.

Paragraphe simple. Aux fins uniquement d'acceptation à des cours de troisième cycle, les diplômes de niveau supérieur décernés par des établissements d'enseignement supérieur officiellement enregistrés et reconnus par les pouvoirs organisateurs du pays qui les délivre seront acceptés sans qu'il soit besoin de faire revalider, à condition qu'ils soient authentifiés par le service consulaire compétent.

Article IX

Les Parties contractantes encourageront l'échange entre les établissements scientifiques, les centres de recherche, les bibliothèques et autres institutions concernées par la coopération éducative à tous les niveaux et dans toutes les formes d'enseignement.

Article X

Chaque Partie contractante fournira aux enseignants dans ses établissements d'enseignement fondamental, secondaire et supérieur et ses établissements de recherche les moyens de participer aux cours, stages, séminaires et conférences dans les établissements similaires de l'autre Partie contractante.

Article XI

Les Parties contractantes s'efforceront, dans les limites de leurs possibilités, de créer des programmes d'enseignement et/ou de donner les moyens aux étudiants et chercheurs de suivre une formation académique et professionnelle continue.

Article XII

Les Parties définiront, au moyen des documents appropriés, les modalités de financement des activités envisagées dans le présent Accord.

Article XIII

Les Parties créeront une Commission mixte chargée de suivre l'évolution des activités envisagées dans le présent Accord et de préparer et d'évaluer les programmes de travail spécifiques.

Simple paragraphe. La Commission mixte se réunira alternativement dans les deux pays lorsque l'une des Parties en fait la demande par la voie diplomatique.

Article XIV

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de réception de la seconde note par laquelle les parties contractantes confirment par la voie diplomatique que celui-ci se plie aux exigences du droit interne respectif en ce qui concerne sa validité.

Article XV

Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée et peut être à tout moment résilié par l'une ou l'autre Partie contractante. La résiliation prendra effet six mois après la date de la notification.

Article XVI

À moins que les Parties contractantes n'en décident autrement, la résiliation du présent Accord ne modifie en rien les programmes en cours.

Article XVII

Le présent Accord peut être amendé par un accord passé entre les Parties contractantes. Les amendements prendront effet à la date de réception de la seconde note dans laquelle les Parties contractantes confirment que ceux-ci se plient aux exigences du droit interne en ce qui concerne leur validité.

Fait à Dili le vingt mai deux mille deux en deux exemplaires originaux rédigés en langue portugaise, les deux textes étant authentiques et faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

CELSO LAFER
Ministre d'État pour les relations extérieures

Pour le Gouvernement de la République démocratique du Timor-Leste:

JOSÉ RAMOS HORTA
Ministre des affaires étrangères et de la coopération